

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O TRABALHO COM AS MATRIZES AFRICANAS E INDÍGENAS



LENICE APARECIDA VIEIRA

Graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA pela Faculdade de Educação Física de Santo André (1984); Especialista em Fisiologia do Esforço Físico - Treinamento Personalizado FMU (2003); Especialista em GESTÃO ESCOLAR pela Faculdade Mozarteun (2013); graduada em PEDAGOGIA pela Faculdade Cruzeiro do Sul (2017); Professora de Ensino Fundamental II e Médio Educação Física - na EMEF Presidente Nilo Peçanha.

RESUMO

O presente artigo traz pela revisão bibliográfica, o alinhamento da prática das aulas de Educação Física com a história e cultura Afro-brasileira e Indígena, para isto apresenta o embasamento teórico fundamentado nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que altera o art. 26 A da Lei 9394/96 (LDB), tornando obrigatório o estudo destas ricas culturas; as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) colocando no centro dos debates as questões raciais, democracia racial, políticas educacionais, justiça e igualdade (BRASIL, 2013) e o Currículo da Cidade – Ensino Fundamental – Educação Física, cujo foco é o desenvolvimento do cidadão crítico, responsável e solidário (SÃO PAULO, 2019). Cabe então ao professor com todo o aporte teórico, atuar como mediador e facilitador nas relações do cotidiano escolar e tornar as aulas de Educação Física um momento de reflexão, de desconstrução de paradigmas, pautado nas práticas corporais educativas (MARANHÃO, 2009).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Lei 10.639/2003; 11.645/2008; DCNs; Currículo da Cidade de SP.

INTRODUÇÃO

Contextualizando sobre a Lei 10.639/03, ela altera a Lei 9394/96, no artigo 26-A, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura do povo Africano e Afro-Brasileiro nos ensinos Fundamental e Médio, público e privado, cujo conteúdo programático está voltado ao resgate, à promoção e a valorização do povo africano (BRASIL, 2003)

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas

social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003, p.1)

Na esteira do desenvolvimento e inclusão social, a Lei 11.645/08 completa com a obrigatoriedade do estudo da Cultura Indígena nos ensinos Fundamental e Médio, público e privado, conforme alteração do Art 26-A da LDB – 9394/96

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008, p.1)

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica salienta sobre a Educação como “o direito humano universal e social inalienável à educação” (BRASIL, 2013, p.18)

Ainda afirma a necessidade de potencializar o ser humano como cidadão pleno “apto para viver e conviver em determinado ambiente, em sua dimensão planetária” (BRASIL, 2013, p.18).

Para tanto, a demanda por “Políticas de reparações, de reconhecimento, de valorizações e de ações afirmativas” (BRASIL, 2013, p.498) no caminho da educação de qualidade, com reconhecimento da cultura e identidade dos descendentes de africanos se acentuou e se edificou como pilar para justiça e igualdade de direitos.

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. (BRASIL, 2023, p.499)

Nesta linha de tempo, a Educação Física enquanto disciplina da Base Curricular Nacional passou por diferentes momentos históricos, da influência militar (CASTELLANI, 1988) à consciência corporal e suas dimensões, ressignificando sua prática e seus signos, desconstruindo e construindo sabores e saberes.

Atualmente se alinha a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dentro da cidade de São Paulo, no Currículo da Cidade é estruturada sobre três conceitos orientadores: Educação Integral, Equidade e Educação Inclusiva (SÃO PAULO, 2018).

Assim, neste percurso de atuar nos diversos cenários, com a Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, a lei 11.645/2008 que institui a Cultura Indígena, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica como viés para o reconhecimento das diferentes culturas existentes, sua valorização e disseminação no âmbito escolar apesar dos conteúdos referentes serem obrigatórios nas disciplinas de Arte, Literatura e História Brasileira, a Educação Física pode e deve contribuir, enriquecer e aproximar a comunidade escolar.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR - UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Para adentrarmos nas especificações da Educação Física como propulsora no desenvolvimento do sujeito cidadão: crítico, participativo, solidário e para compreensão do percurso vivido, é importante entender o contexto histórico sobre os momentos que pautaram e construíram a disci-

plina até os dias atuais.

Como disciplina foi introduzida em época conservadora, com objetivos de saúde e higiene, com um passado autoritário e disciplinador (JUNIOR, 2011), tendo como primeiros professores, os militares e cujo foco era a construção de corpos anatomicamente saudáveis, valorizando “o desenvolvimento do físico e da moral” (PEREIRA, 2006 apud JUNIOR, 2011, p.4).

No período de 1964 a 1985, a Educação Física Escolar serviu aos interesses do governo ditatorial-militar “a Educação Física escolar estaria a serviço da melhora da produtividade para o trabalho, da formação de atletas de alto rendimento e do uso político do esporte” (REI e LUDORF, 2012, p.1)

Ainda na segunda metade do século XX, num período de esportivização, com a visão de um Brasil Grande, a disciplina “foi uma forma de estratégia, de contenção e controle por parte do governo, a fim de combater eventuais discordâncias e protestos por parte da população” (JUNIOR, 2011, p.7).

Com tendência tecnicista e excludente, as aulas de Educação Física, objetivavam o desenvolvimento motor, tendo como fim, um corpo humano com bom físico, boa saúde e com qualidade para vida de trabalho.

No decorrer histórico, percebem-se as lutas dos diversos autores de colocar a Educação Física no patamar das demais áreas da Educação, o que culmina com a terceira LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 20/12/1996 no Artigo 26, parágrafo 3º

“a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, p. 154, 2005 apud JUNIOR, 2011, p.12)

A escola, a partir desta Lei, passa a ser espaço de informação, de conhecimento e a Educação Física, como componente curricular integrado a proposta pedagógica avança com compromisso de articular com as demais áreas na busca do desenvolvimento integral do aluno.

Atualmente, diferentes proposições, linhas e abordagens cercam a disciplina, o que traz luz para uma construção mais democrática e inclusiva.

Assim, a Educação Física se afirma no cenário enquanto disciplina que forma, informa, transforma.

EDUCAÇÃO FÍSICA E AS MATRIZES AFRO-BRASILEIRAS, AFRICANAS E INDÍGENAS.

Quando se pensa em aulas de Educação Física ainda imaginamos duas equipes uma bola e uma trave de gol, ou uma cesta de basquetebol, ou uma rede de voleibol, ou seja, uma visão limitada depois de tanta luta para integrar a disciplina na base curricular comum, então o professor precisa sair de sua zona de conforto e buscar alinhar suas práticas com as teorias e um caminho é percorrer os diversos documentos existentes.

Dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, o professor pode iniciar seu processo de mudança nas aulas quando consegue trazer para dentro da escola as discussões sobre a valorização da diversidade

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino (BRASIL, 2013, p. 499)

Assim, ao valorizar as culturas Afro-Brasileiras, Africanas e Indígenas, o professor contribui de forma significativa no combate ao racismo, a xenofobia e proporciona ambiente propício para a diversidade cultural, para a promoção da inclusão, da equidade e da Educação Integral.

Este trabalho deve ser estruturado sobre principalmente os princípios Ético e Estético, onde a justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, criatividade, sensibilidade sejam construídas (SÃO PAULO, 2019) dando voz aos alunos de forma que dialogue com os diferentes saberes.

O desafio maior do professor é

acessar as diferentes práticas corporais nas quais os estudantes estão imersos e dar o tratamento pedagógico a essas experiências, pois os significados dados a esses signos da linguagem corporal organizam as formas de pensar, de agir, de sentir e de expressar-se das pessoas. (SÃO PAULO, 2019, p.72)

A troca entre alunos-alunos, professor-aluno, aluno-professor é enriquecedor e ao contemplar nas aulas as manifestações culturais, o professor reforça o empoderamento da comunidade escolar.

Pensar na prática é romper com grupos específicos, problematizar a pluralidade cultural; assim as brincadeiras, lutas e jogos podem contribuir para construção de um corpo consciente (MARANHÃO, 2009)

Para entender uma cultura, há necessidade de entender seu comportamento, assim na cultura Africana

Os jogos para os africanos sempre estiveram ligados à vida social, da mesma forma que a religião, as artes e as outras manifestações culturais da humanidade, o indivíduo vive dentro de comunidades onde ensina/aprende dentro de uma unicidade (MARANHÃO, 2009, p.48)

Para os indígenas,

As práticas corporais tradicionais como rituais ocorridos nas aldeias cumprem a função de ensino e aprendizado da maneira de fazer, pensar e sentir que são específicas por sexo e idade em cada etnia. Nos rituais, as danças são utilizadas como um instrumento de educação do corpo, onde os jovens constroem uma identidade específica. Os jogos, as danças e as brincadeiras são formas lúdicas de apreensão da realidade que formam uma identidade fundamentada nos sentidos e significados específicos de cada cultura contribuindo para a constituição identitária da pessoa indígena. (MEDEIROS e FILGUEIRA, 2010, p. 59)

Enfim, a proposta a seguir é apresentar algumas situações de aprendizagem onde o escopo é aproximar os jogos e brincadeiras Africanas e Indígenas dos alunos do ensino fundamental I e II.

JOGOS E BRINCADEIRAS AFRICANAS

AMARELINHA AFRICANA. O maior diferencial da amarelinha brasileira é a formação de

duplas ou grupos onde o nível de complexidade aumenta.

BANYOKA. Jogo tradicional da África Oriental. Diferente dos jogos de tabuleiro contribui para a coordenação motora, trabalha agilidade, rapidez e fortalece a cooperação.

CHASKELE. Também originário de Gana. Jogo de taco semelhante ao críquete e ao nosso jogo de betebol.

DA GA. Jogo da jiboia. Origem Gana. Jogo de pega-pega, quadra demarcada para jiboia (um aluno pré-determinado) e os demais devem se locomover pelo espaço. Se a jiboia pegar, deverá dar as mãos e assim sucessivamente.

FANORONA. Jogo de tabuleiro originário de Madagascar,

Em seus primórdios, o Fanorona possuía um simbolismo direcionado à cultura em que emergiu, o pastoreio. Os dois lados do jogo representam um imaginário baseado no binômio gado-predador, isto é, de um lado o rebanho e, do outro, animais selvagens dispostos a atacar. (SILVA, 2018, p. 9)

Exige planejamento, estratégia e pensamento rápido; as peças se movimentam em todas as direções e os jogadores necessitam de muita atenção e concentração no momento de calcular sua jogada, pois permite reversão de defesa e ataque.

LABIRINTO. Moçambique. Jogo de tabuleiro consiste em tomar decisões para superar obstáculos. Muito parecido com o jogo da trilha, porém para caminhar pela trilha usa-se uma pedrinha escondida em uma das mãos, o adversário que acertar em qual mão está deverá andar uma casa. Pode variar para jogo em quadra, desenhando com giz o labirinto e as casas, assim os alunos em posse de uma pedrinha, disputam/ganham suas casas até chegar ao objetivo final.

MANCALA ou Jogo do Xadrez do Oriente. Jogo mais conhecido da comunidade escolar, contribui para o desenvolvimento cognitivo, pois exige raciocínio lógico, antecipação de planejamento, tomada de decisão. Também ajuda no movimento de pinça (coordenação motora fina). E, além de reforçar as competências sociais, favorece conhecer um pouco mais da cultura Africana. Não exige muitos materiais e estes podem ser criados pelos alunos.

PILOLO. Jogo de Gana. Consiste em esconder objetos. Um aluno em posse de um objeto e os demais deverão fechar os olhos. Aquele que está em posse do objeto deverá esconder no local mais difícil e o restante deverá procurar.

SALTANDO FEIJÃO. Adaptação de um jogo da Nigéria. Originalmente desenvolvido com um saco de feijão amarrado em uma corda. Uma criança fica ao centro do círculo e o restante ao redor. A criança ao centro deverá rodar a corda e todos devem pular.

SHISIMA. Originário do Quênia, África Oriental. Necessita muita agilidade e rapidez do jogador, “a cultura popular brasileira desenvolveu uma forma simplificada e prática desse jogo conhecida como jogo da velha” (SILVA, 2018, p. 11)

JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS –

PEJU PAVĚ NHANGA AGUÃ VENHAM TODOS BRINCAR (SÃO PAULO, 2020)

ARCO E FLECHA. Fazem a flecha com a pupunheira e brincam de acertar as folhas, insetos e pequenos animais.

Em diversas aldeias, o arco é feito do caule de uma palmeira chamada tucum, de cor escura, muito encontrada próxima aos rios. A etnia Gavião, do estado do Pará, por exemplo, confecciona o arco com uma madeira de cor vermelha, chamada aruerinha. Já os indígenas da região do Parque do Xingu, no Mato Grosso, costumam empregar o pau-ferro, o aratazeiro, o pau d'arco e o ipê amarelo. As etnias que vivem no Alto Amazonas, por sua vez, usam muito a pupunha. O padrão do tamanho do arco obedece à necessidade de seu uso, conforme a cultura de cada população. (BRASIL, 2022, p.1)

BOLINHA DE GUDE. Consiste em acertar a bolinha do adversário, tirando-a das proximidades dos buracos, tentando colocar a sua no buraco. Usado como bolinha o caroço de tucumã. “O piso de terra é ideal para determinadas condições que requerem buracos. Você pode jogar em piso de asfalto ou cimento delimitando o campo com giz e substituindo buracos por círculos” (GRANDO, 2010, p. 39). Existem diversas variações deste jogo.

BONECAS DE BARRO, MADEIRA E CIPÓ. As crianças fazem os utensílios para brincar de casinha. Utilizam diferentes materiais encontrados nas aldeias.

CABRA-CEGA – (BEKU BEYUS) Brincadeira muito conhecida da criançada.

As crianças gostam dessa brincadeira para ganhar coisas. Elas colocam algumas coisas em cima de uma tábua e amarram o rosto de um com um pano, fazem uma, duas voltas e soltam para ele vir acertar no objeto, quem acertar ganha (GRANDO, 2010, p.73)

CAMA DE GATO. Único material necessário é o barbante. Seu principal objetivo é criar figuras com o fio, utilizando apenas as mãos.

CARIAMÃ. Grando (2010, p.96) descreve a fala do professor Walter Baniwá “É um ritual Baniwá que se originou por meio de uma brincadeira entre os garotos e que se configura como dos grandes momentos de aprendizagem das novas gerações”

GAVIÃO E OS PASSARINHOS. TOLOI KUNHÜGÜ! Brincadeira de pega-pega, onde uma criança é o gavião e as demais os passarinhos. O chão há desenho de uma árvore com galhos e nos galhos ficam as crianças. Ao sinal o gavião tentará capturar os passarinhos, que fugirão.

JOGO DA ONÇA OU ADUGO. Devido à dificuldade em encontrar registro escrito, com bibliografia escassa “Nossa opção foi pensar a história do Jogo da Onça a partir de três fontes: a bibliografia existente, o próprio jogo e os povos indígenas que o conhecem” (SÃO PAULO, 2020, p. 57) Assim, os povos Bororos e Guaranis remontam um pouco da história deste jogo. Jogo de tabuleiro com 14 cachorros e uma onça consiste em a onça capturar os cachorros ou os cachorros cercarem a onça. Se a onça conseguir capturar cinco cachorros, ela ganha o jogo. Se os cachorros cercarem a onça, eles vencem.

PETECA. Feita de areia, couro e penas. Jogo divertido, onde não se pode deixar a peteca cair, golpeando-a com as mãos ou pés para o amigo.

ONÇA E CUTIA. Jogo coletivo. Uma criança será a onça, outra criança será a cutia e as demais serão a cerca em círculo que protegerá a cutia. Ao sinal a onça tentará pegar a cutia e esta estará protegida pela cerca, simulando trabalho em equipe.

O jogo se inicia quando começam os ensaios dos ataques do animal forte contra o animal fraco e os brincantes que compõem o cordão humano de defesa da cutia devem articular entre si estratégias e usar força e inteligência em níveis coletivos para defendê-la. A ideia é simples: proteger a cutia significa não permitir que a onça acesse o espaço dela, a capture e a devore. A salvação depende de escolhas, portanto. (RODRIGUES et Hall, 2018 ,p. 6)

ZARABATANA. É um instrumento usado na caça de animais pequenos e para a criançada é uma brincadeira divertida. Consiste em um tubo de madeira oco com uma flecha. A criança deve assoprar o tubo e lançar a flecha no objeto colocado numa certa distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possibilitar aos alunos conhecerem um pouco mais as culturas Africanas e Indígenas contribuirá com a preservação e manutenção das tradições e suas histórias, de forma a mantê-las viva por gerações.

Também fortalecerá o respeito pela diversidade, tornando os alunos e comunidade mais inclusivos, com maior pertencimento e identidade.

Quando o professor traz para suas aulas esta riqueza de cultura, está fomentando novos saberes, novos significados e ressignificando formas de desenvolver habilidades motoras, sociais, cognitivas, inclusiva e de forma integral.

A escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas, empenhar-se para se constituir, ao mesmo tempo, em um espaço de heterogeneidade e pluralidade, situada na diversidade em movimento, no processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, fundamentada no princípio emancipador. (BRASIL, 2018, p.27)

Além do enriquecimento cultural proporcionado, pode-se afirmar que haverá aporte no repertório do aluno com aumento do desenvolvimento motor e cognitivo, pois as atividades exigem capacidades físicas, habilidades motoras e ainda enfatiza a resolução de problemas pela busca de estratégias, pelo trabalho em equipe de alguns jogos, envolvendo empatia e respeito.

Para efetivação deste trabalho, há necessidade do professor fazer adaptações curriculares a fim de atender a todos e para isto também precisa buscar capacitação profissional com cursos relevantes, investir na formação continuada, vencendo desafios de mudanças, assim a práxis contribuirá para reflexão crítica promovendo aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso 07 maio 2024

_____. **Lei 10.639/2003**. Presidência da República. Casa Civil Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso 09 maio 2024

_____. **Lei 11.645/2008**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso 16 maio 2024

_____. Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/tradicao-o-arco-e-flecha-na-cultura-das-populacoes-indigenas#:~:text=Em%20diversas%20aldeias%2C%20o%20arco,de%20cor%20vermelha%2C%20chamada%20aruerinha>. Acesso 11 jun 2024

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Papirus Editora, 1988.

GRANDO, Beleni Salete. **Jogos e Culturas Indígenas: possibilidades para Educação Intercultural na Escola**. Disponível em http://cefort.ufam.edu.br/tainacan/wp-content/uploads/2020/04/Jogos_na_cultura_indigena.pdf > Acesso 11 jun 2024

JUNIOR, Arnaldo Elói Benvegnú. **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL E SEUS RESQUÍCIOS HISTÓRICOS**. Disponível em https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/98a-71f0e5ee904bc1066adaab4e5f1ef151_1.pdf > Acesso 18 maio 2024

MARANHÃO, Fabiano. **Jogos Africanos e Afro-brasileiros nas aulas de Educação Física: processos educativos das relações étnico-raciais**. São Carlos – 2009. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2502/2617.pdf?sequence=1>> Acesso 07 maio 2024

MEDEIROS A. A. Jose et All . **Práticas corporais, sentidos e significado: uma análise dos jogos dos povos indígenas**. Movimento. ISSN: 0104-754X. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115316963004>> Acesso 04 jun. 2024

REI, BD; LÜDORF, AS. **Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas**. doi: 10.4025/reveducfis.v23i3.15221. Revista de Educação Física , v. 23, n. 3, pág. 483-497, 30 de setembro de 2012. Disponível em <<https://doi.org/10.4025/reveducfis.v23i3.15221>> Acesso 06 jun. 2024

RODRIGUES, A. Renan et all. **Brincando de onça e de cutia em aldeamento Sateré-Mawé/AM**”, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, (enero-marzo 2018). Disponível em <http://www.eumed.net/rev/cccss/2018/01/brincando-onca-cutia.html> Acesso 10 jun 2024

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental : componente curricular :Educação Física**. – 2.ed. – São Paulo : SME / COPED, 2019. Disponível em <<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-ensino-fundamental-educacao-fisica/>> Acesso 07 maio 2024

_____. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados. **Jogo da onça**. [livro digital] – São Paulo : SME / COCEU, 2020. (Coleção Jogos de Tabuleiro, v. 2). Disponível em <<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/jogos-de-tabuleiro-jogo-da-onca/>> Acesso 22 maio 2024

SILVA, Elizabeth de Jesus. **Desafios para o Ensino da Cultura e História da África: Experiências com Jogos Africanos em Escolas Públicas – 2018** – p. 186-212 Disponível em <https://www3.ufrb.edu.br/index.php/novos-olhares-sociais/article/view/4461/2280> Acesso 18 jun 2024.